



**Comemorar
o 31
de Janeiro
É defender
os nossos
direitos!
É reforçar
a ANS!**



**Solidariedade
com Lima Coelho**



**À conversa com
Luís Reis**



Dia do Sargento

A revolta de 31 de Janeiro de 1891, apesar de derrotada, foi determinante para a queda do regime monárquico e a implantação da República em 5 de Outubro de 1910.

A anterior legislatura decorreu num quadro político caracterizado por uma maioria absoluta que nada nem ninguém respeitou. No que às Forças Armadas diz respeito, traduziu-se no mais feroz ataque, alguma vez registado, à Condição Militar e à dignidade dos Homens e Mulheres que servem Portugal nas Forças Armadas.

Foram quatro anos e meio em que o Governo não resolveu nenhum dos problemas sócio-profissionais com que se debatiam os militares, tendo em contrapartida agravado muitos deles e criado novos e mais graves problemas. Foi um período caracterizado pelo incumprimento reiterado de normas legislativas, com especial relevo para o incumprimento da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, "Lei do Direito de Associação Profissional dos Militares".

O quadro político saído das eleições legislativas de 27 de Setembro foi substancialmente alterado, o Governo deixou de contar a maioria absoluta de que dispunha na Assembleia da República, vindo-se assim obrigado a negociar com as outras for-

ças políticas as medidas que pretender implementar. Esta obrigatoriedade de diálogo, assim criada, não se esgota exclusivamente no Parlamento, antes devendo alargar-se aos diferentes parceiros sociais, o que, no que a nós diz respeito, reforça a importância do cumprimento da Lei Orgânica acima referida.

Sendo verdade que os primeiros sinais vindos do novo Ministro da Defesa Nacional não foram

no sentido de ficarmos descansados, não deixa de ser também verdade que ao responder positivamente ao pedido de audiência que lhe endereçámos, o MDN criou novas expectativas para um relacionamento institucional diferente do que vinha ocorrendo.

Acreditamos, e defendemos, convictamente que os problemas do país não se resolvem atacando e diminuindo os direitos dos cidadãos porque, como desde há muito tempo temos vindo a afirmar, não acreditamos que o que é bom para Portugal tenha de ser necessariamente mau para os portugueses! Se assim fosse, seríamos levados a pensar que estaríamos a mais neste país que nos orgulhamos de servir e o qual jurámos defender, mesmo com o sacrifício da própria vida.

No início desta nova legislatura reafirmamos a nossa disponibilidade de sempre, no sentido de contribuir seriamente para que se encontrem as soluções para os vários e difíceis problemas existentes, mas simultaneamente reiteramos o nosso empenho e determinação na defesa dos nossos direitos e da Condição Militar! ▲

"Governo suspende cortes nas Reformas dos Militares"

Sob o título "Governo suspende cortes nas reformas dos militares" foi hoje, 18 de Dezembro, noticiada na primeira página de um jornal nacional a suspensão do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro, que estabelece o novo sistema retributivo a aplicar às Forças Armadas a partir de 1 de Janeiro de 2010. Esta matéria consta do documento entregue a semana passada ao Ministro da Defesa Nacional aquando da audiência que nos foi concedida. É um dos oito pontos críticos que apresentámos sobre o Decreto-Lei supra citado, que pretendemos que sejam merecedores de igual atenção.

Daqui resulta claramente que quando a Lei é cumprida e todos os parceiros sem excepção são ouvidos, quando existe convergência de esforços das várias partes envolvidas no processo - tutela, chefias militares e associações representativas - os resultados obtidos serão certamente mais consentâneos com as várias vontades expressas sobressaindo um ganho maior não para nenhuma das partes envolvidas em particular, mas para todas elas em geral e, muito principalmente, para o País.

O clima de intranquilidade e mal-estar gerado por legislação produzida numa linguagem ambígua e obtusa em nada contribui para coesão e disciplina das Forças Armadas, factores absolutamente essenciais para um bom desempenho daqueles que juraram servir o País nesta Instituição.

Esta vitória é apenas um pequeno, mas importante passo, nos muitos que a caminhada para um sistema mais justo a todos vai obrigar.

Nesse caminho que estamos obrigados a percorrer encontram-se obstáculos tão diversos como aqueles que se prendem com a profissão militar propriamente dita, tais como a reestruturação das Carreiras Militares ou a Formação, mas também aqueles de carácter assistencial e social, tão importantes para o bem estar moral e físico dos militares e respectivas famílias.

Quando sabemos estarem em fase de trabalho a redução dos efectivos militares e a alteração dos Quadros Orgânicos, quando sabemos estar em fase de aplicação normas do Regime Geral da Segurança Social aos militares pondo em causa a própria Condição Militar, quando sabemos estar em fase de discussão e preparação o próximo Orçamento de Estado, quando sabemos que há ainda por discutir outras alterações ao Sistema Retributivo, reafirmamos a nossa disponibilidade, vontade e determinação de fazer parte do processo construtivo de umas Forças Armadas condizentes com as necessidades actuais.

O resultado hoje noticiado reforça a convicção de algo que tantas vezes temos afirmado: quem luta pode não ganhar mas quem não luta já perdeu! ▲

ANS recebida em audiência pelo MDN

Uma delegação da Direcção da ANS, composta pelo presidente, Lima Coelho, Sargento-Chefe da Força Aérea, pelo vice-presidente, Mário Ramos, Sargento-Ajudante do Exército, pelo secretário, Paulo Contreiras, Sargento-Ajudante da Força Aérea e pelo vogal, Campos Dias, Primeiro-Sargento da Marinha, no passado dia 10 de Dezembro, pelas 13h00, foi recebida em audiência pelo Ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva. O MDN estava acompanhado pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Marcos Perestrello e pelo Chefe de Gabinete do SEDNAM.

O MDN respondeu ao ofício endereçado pela ANS após a sua posse no novo cargo. Referiu ser sua intenção respeitar o preceituado na lei relativamente ao articulado para as associações sócio-profissionais legalmente constituídas, o que vem ao encontro das pretensões da ANS, há muito tempo expressas.

Informou que o relacionamento institucional entre as associações sócio-profissionais e o Ministério se fará através do SEDNAM embora admita que, se necessário, contactos com o próprio MDN se possam estabelecer.

Depois de feitas as apresentações e estabelecidas as normas de relacionamento futuro, a delegação da ANS fez a entrega de um documento, como é timbre da ANS nestes encontros institucionais, documento esse que encerra uma proposta da ANS no sentido de ser suspensa a eficácia do DL 296/2009 até que o diploma seja expurgado das matérias que suscitam maiores dúvidas ou que inclusivamente seja alterado. Esta proposta poderá ser consultada na página da ANS (www.ans.pt).

Para além deste aspecto relativo ao sistema retributivo, e no tempo disponível, foram ainda abordadas preocupações relativas ao processo de reestruturação das carreiras dos militares com todas as implicações daí decorrentes, incidindo com particular veemência na necessidade de se dar efectivo cumprimento à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, a Lei do Associativismo Profissional dos Militares.

Não temos a pretensão de ser os detentores da verdade absoluta. Mas temos a certeza de que se não participarmos no processo construtivo do edifício da Defesa Nacional, dentro do espírito da Lei, o produto final apresentado não será tão completo quanto poderia - e deveria - ser! ▲

Novo regime remuneratório

“é impossível de gerir”

A Associação de Sargentos afirmou que o regime remuneratório das Forças Armadas que entra em vigor em Janeiro é "absolutamente impossível de gerir do ponto de vista orçamental" e constitui "uma perversão" do conceito de antiguidade no posto.

Em declarações à imprensa, o presidente da ANS, António Lima Coelho, disse que o 'timing' de aprovação – 14 de Outubro - do decreto-lei do novo regime remuneratório "não é inocente" e foi feito "em cima do joelho" e "sem o respeito por todas as instituições que deveriam ter sido ouvidas".

"O novo regime foi feito numa altura eminentemente eleitoral e acaba por ficar à vista que está ferido de inúmeras dúvidas, erros e é de difícil gestão", acrescentou, considerando que é um exemplo de "produção legislativa algo atabalhoada".

"Há quem diga, pessoas responsáveis dentro dos ramos, que este decreto-lei é absolutamente impossível de gerir sob o ponto de vista da quantificação orçamental", garantiu Lima Coelho.

Segundo o Diário da República, o documento foi aprovado a 20 de Agosto deste ano com a assinatura do primeiro-ministro e dos secretários de Estado Adjunto e do Orçamento, Emanuel Augusto dos Santos, e da Defesa,



João Mira Gomes, tendo sido promulgado pelo Presidente da República a 2 de Outubro e publicado a 14 do mesmo mês.

O presidente da ANS, que recentemente esteve reunido com os grupos

parlamentares do PSD, CDS-PP, BE e PCP, faltando apenas o PS, afirmou que no documento produzido pelo Governo há "uma série de mecanismos que podem levar a que a promoção de um militar mais novo" obrigue

ao reposicionamento na tabela "de todos os outros militares" da categoria.

Mas o presidente da ANS notou que estes só serão reposicionados "se houver autorização para tal, através de despacho conjunto do ministro das Finanças e do ministro da Defesa".

"Basta o ministro das Finanças dizer que não há autorização orçamental para não haver [reposicionamento]. Isto vem trazer uma perversão naquilo que as Forças Armadas reconhecem desde a sua origem que é o respeito pela antiguidade no posto", afirmou.

"Numa altura em que ainda não há orçamento, em que os ramos se vêem numa situação terrível para concluir os anos, como é que um projecto destes pode começar a vigorar a 1 de Janeiro, com que condições e com que impactos. É aqui que ninguém consegue afirmar como vai ser feito", acrescentou.

Lima Coelho considerou ainda que a categoria de sargento saiu "lesada" com a nova legislação: "Poderá haver situações em que os militares, independentemente de terem um ou catorze anos de posto, são posicionados rigorosamente no mesmo nível remuneratório, sem respeito nenhum pelo tempo de permanência".

Manuel Custódio ▲

Assinalado o fim da I Guerra Mundial e da Guerra Colonial

No dia 14 de Novembro teve lugar uma cerimónia junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém, para assinalar o 91.º Aniversário do Armistício da I Grande Guerra, o 86.º Aniversário da Liga de Combatentes e o 35.º Aniversário do Fim da Guerra Colonial. Esta cerimónia foi presidida pelo ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva, que esteve acompanhado pelo secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Marcos Perestrelo, e contou ainda com a presença dos quatro chefes militares, para além de muitos oficiais, sargentos, praças, antigos combatentes e familiares.

A guarda de honra foi constituída por uma companhia a três pelotões (um de cada ramo) e contou ainda com a actuação da Banda da Força Aérea.

Na cerimónia usaram da palavra o presidente da Liga de Combatentes, General Chito Rodrigues, o CEMGFA, General Valença Pinto, e o MDN.

Para além da homenagem prestada a todos os militares que perderam a vida

no cumprimento do dever, foi ainda e particularmente prestada uma homenagem a três militares entretanto trasladados da Guiné-Bissau, cujas urnas estavam presentes, cobertas com a Bandeira Nacional. O Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira proferiu as palavras de homenagem.

Seguiu-se a deposição de flores pelas entidades que assim entenderam de uma forma singela homenagear aqueles que tombaram em serviço. A ANS esteve presente à cerimónia com uma delegação constituída pelo presidente da Direcção, Lima Coelho, pelo vice-presidente da Direcção, Mário Ramos e pelo vogal do Conselho Fiscal, Victor Esteves.

Depois da cerimónia decorreu uma visita ao interior do Forte do Bom Sucesso, ocasião em que foi inaugurada uma exposição de pintura subordinada ao tema "D. Nuno Álvares Pereira", maioritariamente participada por artistas plásticos militares. ▲

DIA MUNDIAL DA PAZ

Ao final da manhã do dia 21 de Setembro decorreu uma cerimónia no Forte do Bom Sucesso, em Belém, Lisboa, no âmbito de uma iniciativa internacional que assinala, desde 1980, um dia de cessar fogo e não violência em todo o Mundo, conforme foi proclamado pelas Nações Unidas.

Sob a égide da FMAC – Federação Mundial de Antigos Combatentes, a Liga dos Combatentes e a ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas organizaram esta cerimónia, na qual usaram da palavra o General Chito Rodrigues, presidente da Liga de Combatentes e o Comendador José Arruda, presidente da Direcção Nacional da ADFA. A cerimónia contou com a presença do DGPRM em representação do MDN, e de dirigentes de associações profissionais de militares e de associações de antigos combatentes, bem como de dirigentes de diversos núcleos da Liga de Combatentes. Em representação da ANS esteve o presidente da Direcção, António Lima Coelho.

No final da cerimónia foi assinado o Livro de Honra da Liga de Combatentes, acto em que ficaram gravadas diversas mensagens alusivas a esta efeméride afinal tão cara aos militares. Se há alguém que de facto deseja a Paz são aqueles que conhecem os horrores da guerra! ▲



Porto de Honra e Solidariedade com Militares da Armada

Com a finalidade de manifestar a sua solidariedade para com todos os camaradas da Marinha que têm sido alvo de represálias, por parte da gestão do pessoal, por terem correspondido ao apelo da Direcção da ANS e assinado uma declaração de solidariedade para com o seu vice-presidente David' Pereira, foi realizada, no passado dia 27 de Outubro, na Delegação do CSA no Feijó, um Porto de Honra e Solidariedade.

A iniciativa, que contou com a presença de cerca de 45 camaradas, entre os quais se encontravam também alguns Oficiais e Praças, bem como Sargentos do Exército e da Força Aérea, iniciou-se com breves intervenções da mesa, presidida pelos camaradas Lima Coelho, David' Pereira, Luís Bugalhão e José Castro, seguindo-se relatos dos presentes ilustrando várias situações claras de represálias soezes, nunca assumidas por escrito, mas insinuadas verbalmente aos camaradas, com o intuito de fazer passar a mensagem e manter instalado um clima de medo e de intimidação.

Após esta fase de intervenções seguiu-se o Porto de Honra em Solidariedade para todos os camaradas vítimas de represália na Marinha, tendo ficado a promessa de voltarmos a realizar novo encontro no primeiro trimestre de 2010, para se fazer novo ponto da situação e dar oportunidade aos camaradas ausentes por motivos de serviço ou particulares de poderem participar e enriquecer o conhecimento desta situação repressiva com as suas experiências pessoais.

Ficou ainda no espírito de todos que vale a pena lutar e ser solidário! ▲

BREVES DA MARINHA

Sargentos do Arsenal não votaram

No passado 12NOV09, na Marinha, houve eleições para os Conselhos de Classe de Sargentos. Pela importância de que se revestem estas eleições para a carreira dos Sargentos deste ramo, seria importante que se desse oportunidade a todos de exercerem o seu direito de voto, tal como estatui o DL 199/93, de 3 de Junho, com a alteração produzida pelo DL 356/98, de 18 de Novembro, que estabelece serem eleitores todos os Sargentos dos QP, na situação do activo e na efectividade de serviço. Pois bem, talvez por causa da modernização do Arsenal do Alfeite, não foram enviadas as listas de Sargentos que prestam serviço na, agora, empresa AA-SA. Isto foi motivo suficiente para que o Oficial de Marinha que presidia às mesas de voto da Messe de Sargentos da Estação Naval no Alfeite impedisse a participação desses camaradas. Mais um ataque, dir-se-ia de desprezo neste caso, à Condição Militar dos Sargentos que são obrigados a prestar serviço numa empresa civil. É perpetrado pela Marinha, uma vez que a Administração da AA-SA, nem sequer deve saber o que são Conselhos de Classe na Marinha.

Fechou a ETNA. Viva a ETNA!

Opólo de Vila Franca de Xira da Escola de Tecnologias Navais transferiu as últimas valências para a ETNA – Alfeite, que passou a chamar-se simplesmente ETNA. Até aqui tudo bem, trata-se de racionalizar meios humanos e materiais, potenciando a formação técnica integrada das Praças e Sargentos da Armada. Acontece que a transferência implicou um aumento significativo de utilizadores da vedeta de transporte entre a Doca da Marinha, em Lisboa, e o Alfeite, o qual, por sua vez, originou um aumento substancial de utilizadores da carreira que transporta os militares e civis, entre a *rotunda* do Palácio e as instalações da ETNA. Ora, o que se esperaria era que também aumentasse a oferta de transporte para fazer este percurso, certo? Mas não. Continua tudo na mesma! Como tal, as pessoas, militares e civis, que utilizam a única camioneta que (quase diríamos ainda) faz o referido trajeto, amontoam-se até ao limite, quando não para lá dele, para poderem estar a horas nas aulas e nos serviços desta renovada e moderna ETNA! Então, perguntamos nós, não há condutores e veículos que foram também *transferidos* do pólo - VFX, para reforçar o transporte das pessoas com, pelo menos, mais uma carreira? E se, por hipótese, houvesse dias em que não fosse necessária, por haver poucos utentes, não seria simples fazê-la então regressar às garagens da Direcção de Transportes, para evitar consumos desnecessários? Será que é a isto, o **transporte de pessoas em lata de sardinha, que se chama boa gestão de recursos?** Humanos e materiais? E se há um acidente? ▲



Novos Sargentos nas Forças Armadas

Na edição anterior do jornal "O Sargento" noticiámos as boas vindas à categoria militar de Sargento aos novos Sargentos do Quadro Permanente da Armada, iniciativa realizada em 18 de Março passado.

No passado dia 20 de Novembro, na ESE – Escola de Sargentos do Exército, nas Caldas da Rainha, ingressaram nos Quadros Permanentes do Exército 120 novos Sargentos. O Comandante da ESE usou da palavra e terminou a sua intervenção dando os parabéns aos novos membros desta categoria militar e dirigindo uma palavra de incentivo aos elementos do 38.º CFS que agora estão a iniciar a sua formação, exortando-os a seguir de forma abnegada o Código de Honra do Aluno da ESSE, onde é feita a apologia das virtudes e dos valores de cidadania e amor à Pátria, que devem enformar a Carreira Militar.

A lição inaugural, dada pelo Major Capinha Henriques, subordinou-se ao tema "*Importância da Instrução Militar na Formação do Futuro Sargento do Quadro Permanente – Um programa Curricular Prospectivo*".

Procedeu-se à entrega de diplomas de final de curso e prémios atribuídos aos alunos melhor classificados em várias disciplinas. Evidenciou-se, por receber alguns destes prémios o melhor aluno do 36.º CFS, Segundo-Sargento de Infantaria Bruno Miguel Macedo Rodrigues.

Uns dias depois, a 26 de Novembro, no CF-MTFA – Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, na Ota, decorreu a cerimónia de abertura solene do ano lectivo, durante a qual se procedeu à entrega dos diplomas aos 158 alunos finalistas do CFS/QP 2006/2009 e 2008/2009.

Merece particular realce o facto de este significativo acto na carreira de qualquer militar Sargento ter sido, pela primeira vez, presidido pelo Chefe do Estado Maior da Força Aérea, General Luís Araújo.

Depois da alocução inicial feita pelo Comandante do CFMTFA, e da entrega dos diplomas, teve lugar a lição inaugural proferida pelo Capitão Carlos Abreu, subordinada ao tema "*O Ambiente, factor de convergência da política internacional, de conflito e de novos conceitos de segurança*".

Procedeu-se então à entrega dos prémios escolares aos vários alunos, de diversos cursos,

que obtiveram as melhores classificações. Também aqui se evidenciou, por receber a maioria destes prémios, o Furriel Mecânico de Electrónica Nuno Miguel Rodrigues.

Saudação da ANS

Aos novos Sargentos dos Quadros Permanentes do Exército e da Força Aérea, a Direcção do jornal "O Sargento" dirige uma saudação de boas vindas à Categoria Militar de Sargento e faz votos de uma carreira digna e evolutiva que vá ao encontro das legítimas expectativas de quem se prontificou a servir o País como elemento das suas Forças Armadas.

Acreditamos firmemente, e disso constam as nossas reiteradas propostas, que um dia estas sessões solenes de abertura de ano lectivo decorrerão na Escola de Sargentos das Forças Armadas e que do seu currículo venham a constar, entre as múltiplas disciplinas, palestras sobre a vertente sócio-profissional inerente à carreira que estes cidadãos abraçam, integrando-se afinal, com toda a propriedade e particularmente, no espírito da lição inaugural proferida na ESE.

Nota: Entretanto, e contrariando a perspectiva criada aos novos Sargentos do Exército, chegam-nos notícias de que algo vai mal na ESE no que respeita aos Cursos de Promoção a Sargento-Ajudante e a Sargento-Chefe. Depois de contactos telefónicos com a DARH, ESE e CID persiste a dúvida de que estes cursos se venham a efectuar. Para além de questões e dúvidas orgânicas e organizacionais que dependem do Comando do Pessoal, há um problema efectivo de dificuldade de disponibilidade de alojamentos na ESE. Estão em curso obras que no entanto se encontram paradas porque, de acordo com a nossa fonte, haverá uma dificuldade com o alvará da empresa que terá ganho o concurso e a situação encontra-se na justiça. Ora conhecendo o modo de funcionamento e as demoras da nossa justiça...

De todas estas situações sai reforçada a ideia da necessidade de uma Escola de Sargentos das Forças Armadas, complementada pelas Escolas Práticas e estágios "on-the-job-training".

Quem não pode esperar são os nossos camaradas cujas carreiras estão estagnadas! ▲

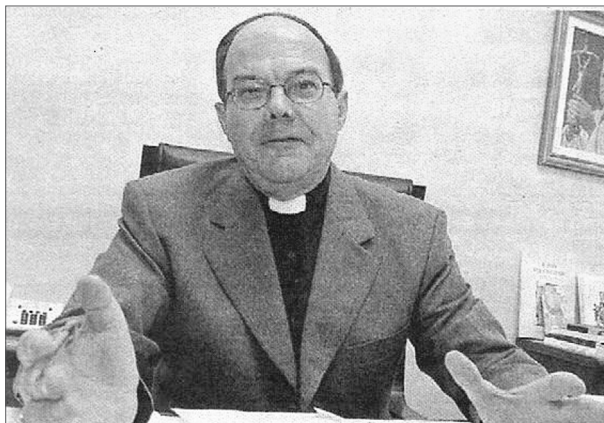
Mensagem de Natal

D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança, enviou à ANS um postal de Natal com a seguinte mensagem: "À Associação Nacional de Sargentos a formular votos de Maior Justiça para todos. Sem a Justiça não há Paz. Também não há Esperança!"

O clima mundano, tão presente nesta época singular, é um desvio do Acontecimento fundamental, ao qual correspondem, felizmente, o júbilo simples dos crentes e de tantos promotores da grandeza humana.

Formulo votos da aceitação da verdade desse sentido nas celebrações natalícias em família, em agregados sociais, nas nossas unidades militares e policiais. O repetitivo padece deste reverso: deixamos de pensar em nós, permitindo que os hábitos nos fossem impostos, sem atendermos à autenticidade de um Deus nascido no nosso meio, Salvador e Príncipe da Paz. "Cantar-lhe" os Parabéns, dialogar com a sua Palavra, abrimo-nos à novidade da Sua cultura de verdade e de bem traduzem a sensibilidade cristã e a de inúmeros cidadãos do mundo, a padrões originais de existência.

A família testemunhará a dignidade de um amor mútuo nas responsabilidades assumidas; o mundo do trabalho saberá exigir sempre o cumprimento da justiça, praticando a realidade do emprego, da formação profissional, da devida retribuição, do prosseguimen-



to por mérito, da convivência fraterna, e, nos demais sectores, de que somos todos protagonistas, a igualdade de oportunidades, os critérios educativos, a humanidade de procedimento, a tolerância convivente, a defesa dos direitos e deveres, o respeito pelo ambiente constituem expressões de uma sociedade

democrática, a qual se manifesta por actos e nunca pela infidelidade a seus ditames.

A competência da verdade quebra os horizontes fechados, onde nem sequer o ar se respira, ao mesmo tempo que aí despertam as tentações de incapacidade, julgadas como avanço; da mentira, confundida com rigor; dos jogos subterrâneos, como dupla personalidade de um corpo enfermiço.

O Natal é uma chamada optimista a razões de viver. É apelo em favor de quem foi excluído do sentido da dignidade e do lugar que lhe pertencia. Também é descoberta de formas diversas e exemplares da vivência deste período.

Aquele que passa por nós, pelo Seu nascimento, não nos deixará sós. Deixa o Tudo da sua vida e leva, pelo menos, um pouco de nós (S. Exupéry).

Votos felizes para todas as pessoas que servem as Forças Armadas e as Forças de Segurança.

Lisboa, 28 de Novembro de 2009

Januário Torgal Mendes Ferreira

Bispo das Forças Armadas e de Segurança ▲

Um convite à reflexão Quem representa os militares?

A medida que nos últimos anos se vêm intensificando os ataques aos direitos dos militares, direitos esses decorrentes da sua Condição Militar, estatuto impar na nossa sociedade, é cada vez mais notória a equiparação dos militares aos trabalhadores do regime privado abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social para efeitos de protecção social.

Este caminho tem sido feito de forma unilateral, sem consulta dos interessados, os militares, pretensamente a título de igualização de direitos, mas escondendo no fundo objectivos economicistas e inseridos num plano mais amplo de debilitação das Forças Armadas, pois conduz necessariamente a uma menor atractividade das Forças Armadas, enquanto "entidade empregadora", para quem pretenda ingressar na vida militar, como é notório pelas constantes dificuldades de recrutamento junto da juventude.

Desta forma, o regime de protecção social dos militares está praticamente todo inserido nas regras do Regime Geral da Segurança Social, do âmbito do Ministério das Finanças e da Administração Pública, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Saúde, ou seja completamente fora da esfera do Ministério da Defesa Nacional e das próprias Chefias Militares, completamente ausentes destes debates, até porque são nomeadas pelo próprio Governo.

Quer isto dizer que os três ministérios acima referidos têm promovido



todo o tipo de alterações no nosso regime de remunerações, vínculos e carreiras, sistema de cálculo das pensões de reforma, regimes de férias, protecção da parentalidade, licenças de maternidade, paternidade e assistência à família, comparticipação de medicamentos, pagamento de taxas moderadoras, etc., sem qualquer consulta aos interessados, no caso os militares, ao arrepio das mais elementares regras democráticas e contrariando o estatuído na Lei.

Como é do conhecimento geral, existe em Portugal, desde 1991, um órgão constitucional de consulta, concertação e participação da sociedade e dos cidadãos nas actividades e deci-

sões do Estado, denominado Conselho Económico e Social (CES) e que deve ser o espaço de diálogo entre o Governo, os parceiros e outros agentes da sociedade.

No seio do CES existe um órgão denominado Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), presidido pelo Primeiro-ministro, e que tem como principal missão a promoção do diálogo social entre o Governo e os parceiros sociais, contribuindo para a regulamentação das relações de trabalho, de emprego, formação profissional e protecção social, competindo-lhe entre outros aspectos, apreciar os projectos de legislação respeitantes a matérias de âmbito sócio-laboral.

Actualmente a mesa da Concertação Social é constituída por quatro membros do Governo, quatro representantes das confederações patronais e quatro representantes das confederações sindicais e é aqui que são debatidas questões tão importantes como as alterações do Código do Trabalho, da Lei de Bases da Segurança Social, entre outras, que como é evidente têm cada vez mais importância na nossa situação sócio-profissional.

E a voz dos militares como é feita ouvir, neste importante fórum?

Como podemos ficar de fora do debate sobre matérias tão importantes para as nossas vidas e das nossas famílias?

Aos ministérios envolvidos nestas matérias dirigimos já por várias vezes pedidos de audiência e ofícios com questões concretas, os quais invariavelmente ficam sem resposta, como se não fossemos também cidadãos, contribuintes, para com quem o Estado tem obrigações.

Iremos continuar a insistir, é certo, pois não o fazer seria pactuar com esta situação discriminatória, mas será importante também conquistarmos um lugar naquela mesa de negociação e debate. Fazer chegar as nossas posições à Concertação Social, será um objectivo a não perder de vista, pois o debate de muitos dos nossos problemas sócio-profissionais, não se esgota no Ministério da Defesa Nacional. Bem pelo contrário...

José Pereira ▲

Militar 24 horas por dia!

Direito a compensação?

A permanente disponibilidade para o serviço é algo que nenhum militar coloca em causa, pois faz parte da sua condição militar, jurada perante a Bandeira Nacional.

Essa disponibilidade reflecte-se na nossa actividade profissional nas mais diversas formas, integrando as mais variadas escalas de serviço de 24 horas, serviço por turnos, serviços de prevenção ou alerta, chamadas inopinadas a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer dia do ano.

Há militares que integram até mais do que uma escala de serviço simultaneamente e é também cada vez mais frequente a existência de escalas com número reduzido de pessoal com regimes de rotatividade intensos...

Por outro lado, quem já esteve colocado numa unidade operacional com cargas de trabalho elevadas em horários fora daquilo a que usualmente se designa por "horário normal de serviço", sabe também que muitas vezes se executa trabalho em horário extraordinário de forma desnecessária, quer seja por planeamentos desadequados ou simplesmente porque isso não traz qualquer encargo adicional para a organização.

Penso por isso que seria importante moralizar este aspecto da nossa Condição Militar.

E como poderá isso ser feito?

- Criando um horário semanal de referência;

- Criando um conjunto de compensações atribuíveis aos militares que, dentro do seu dever inalienável de disponibilidade, sejam chamados a prestar serviço fora daquilo a que acima designei de horário semanal de referência.

No fundo o que aqui apresento, nada tem de novo, aplicando-se já em várias forças armadas estrangeiras e até mesmo a outras forças nacionais, militares ou de segurança interna, como seja o caso da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.

Fará assim todo o sentido, a **criação dos seguintes suplementos remuneratórios:**

- Suplemento de escala que seria abonado aos militares que integrassem escala de serviço oficialmente aprovada em regime de rotatividade de horário;

- Suplemento de prevenção que seria abonado aos militares que fossem obrigados a comparecer ou a permanecer no local de serviço, em horário extraordinário ou fora do horário semanal de referência. Este suplemento seria calculado em termos de horas de empenhamento, tendo por referência os valores do suplemento de escala e diferenciaria períodos nocturnos, semana, fim-de-semana e feriados.

Sobre estes suplementos incidiriam os descontos obrigatórios e como tal seriam levados em conta para o cálculo da remuneração de reserva e pensão de reforma.

Na minha opinião esta seria uma solução que viria repor alguma justiça.

Fica lançado o repto para o debate.

José Pereira ▲

À CONVERSA com

Luís Reis, presidente da APA

Cabo Luís Reis, 44 anos, casado, pai de uma filha, natural de Chaves, 10º ano de escolaridade, ingressou na Marinha em 28 de Maio de 1985 e especializou-se em Torpedeiro Detector. Tem duas Licenças de Mérito, Menção de Apreço Individual, Louvor Colectivo e Louvor Individual. Uma punição de 3 dias de detenção.

"O Sargento" – A Associação de Praças da Armada (APA), foi fundada em 24 de Fevereiro de 2000, mas na Assembleia-geral de Fevereiro de 2009, foi decidido transformar a APA em "Associação de Praças das Forças Armadas". Quais foram as razões e os objectivos que levaram a essa decisão?

Luís Reis - Penso que é de todo vantajoso que as praças dos diversos ramos das Forças Armadas possuam uma só associação que os represente, sem no entanto, esquecer a génese, fundamentação, especificidade e especialidade dos seus próprios ramos. A proposta de criação de uma única associação conduz e traduzirá numa melhor defesa dos direitos consagrados na Constituição e nos diversos complexos normativos legais que regem a actividade das Forças Armadas Portuguesas, tendo em especial atenção o direito militar penal. Deverá estar sempre presente um espírito único de defesa da liberdade, da democracia e do Estado de Direito, no qual as Forças Armadas Portuguesas são a primeira ratio.

"O Sargento" – Essa transformação veio permitir que além dos praças da Armada, os do Exército e da Força Aérea também se poderão associar. Que passos já foram dados nesse sentido e que outras diligências se pensam levar a efeito, para dar corpo a essa decisão?

Luís Reis – Para além das questões burocráticas, sempre necessárias na formalização e legalização dos procedimentos com vista a este objectivo, temos tido algumas reuniões sectoriais com algumas Praças do Exército e Força Aérea na divulgação desta nossa intenção e ao mesmo tempo permitir-nos tomar conhecimento dos problemas mais prementes que os vêm afectando. Estas reuniões irão continuar a ocorrer com uma maior regularidade dando assim mais visibilidade para a importân-

cia que é o momento quer dos Praças da Força Aérea como os Praças do Exército terem uma Associação que reflecta e defenda os seus direitos e deveres em uníssono.

"O Sargento" – Para materializar a transformação da APA na nova estrutura, com certeza se irão realizar eleições para eleger os novos Órgãos Sociais. Quando se realizam essas eleições? O Luís Reis está disponível para continuar a participar nessa equipa?

Luís Reis – Sim, embora ainda não estejam marcadas, tudo indica que durante o mês de Fevereiro venham a ocorrer. Se os associados assim o entenderem, estou disponível para abraçar este novo projecto, com o sentido da enorme responsabilidade que é liderar esta nova estrutura, mantendo-me igual a mim próprio na defesa incondicional dos direitos das Praças das Forças Armadas. Podem contar comigo, espero contar com o vosso contributo. A união faz a força.

"O Sargento" – Tem havido por parte dos governos anteriores, e o último ultrapassou-os a todos, uma actuação que tem vindo a destruir a Condição Militar, e este, pelo programa que apresentou e pelas declarações que o MDN já fez, irá continuar. A APA

Neste momento, tanto para as Praças entretanto recrutadas no âmbito da prestação de serviço do regime de contracto, como para as Praças afectas ao quadro permanente da Armada, existem um sem número de dúvidas relacionadas com o futuro da carreira.

sempre resistiu e lutou contra esse ataque aos direitos dos militares, essa actuação continuará?

Luís Reis – Concerteza que sim. O trabalho por nós desenvolvido é um dos argumentos fundamentais para que no futuro a Associação de Praças das Forças Armadas beneficie da experiência na condução e defesa dos interesses dos seus associados com resultados altamente positivos face à própria Armada, quer ao reconhecimento e visibilidade que tem demonstrado à sociedade civil. O seu associativismo, já não é uma mera expectativa, mas um direito que os seus associados têm com garantia legal e constitucional dos seus direitos face às contínuas e recentes políticas legislativas que pretendem e consagram a perda de direitos conquistados e que são devidos às Forças Armadas.

"O Sargento" – O país atravessa uma situação difícil e as Forças Armadas não são uma excepção. Neste quadro o que pensa o Luís Reis, sobre a actual e futura situação dos praças da Armada, dos praças dos outros ramos, e das próprias Forças Armadas?

Luís Reis – As Praças das Forças Armadas, estão cientes das dificuldades orçamentais actuais e dos desígnios futuros quanto à gestão de carreiras, mas também a tutela não se pode alhear das dificuldades profissionais, financeiras e sociais deste universo. Por estas razões a APA comedidamente e coerentemente vem reequacionando nos últimos anos a edificação da carreira da "Praça", tentando conjugar as suas ideias e objectivos com os interesses das instituições Militares e do Estado, baseando-se na avaliação de informações colhidas na prática e na experiência pregressa dos profissionais de Marinha, bem como no conhecimento que detêm dos projectos em curso, oferecendo assim uma alternativa



É de todo vantajoso que as praças dos diversos ramos das Forças Armadas possuam uma só associação que os represente, sem no entanto, esquecer a génese, fundamentação, especificidade e especialidade dos seus próprios ramos. A proposta de criação de uma única associação conduz e traduzirá numa melhor defesa dos direitos consagrados na Constituição e nos diversos complexos normativos legais que regem a actividade das Forças Armadas Portuguesas.

às actuais formas de pensar. Neste momento, tanto para as Praças entre-tanto recrutadas no âmbito da prestação de serviço do regime de contracto, como para as Praças afectas ao quadro permanente da Armada, existem um sem número de dúvidas relacionadas com o futuro da carreira.

Em relação aos militares no Regime de Contrato, continuam as constantes mutações de Legislação avulsa e as constantes alterações aos regimes de incentivos de prestação de serviço no regime de contracto havendo uma indefinição quanto à transição para os novos regimes e consequentes implicações, bem como no que toca às expectativas de ingresso nos QP's e ainda em relação ao militares do QP que por força da reestruturação, reorganização e redimensionamento das Forças Armadas vêm interrompida a sua progressão na carreira, em virtude da aplicação de uma norma standard para a progressão de Carreira das Praças semelhante para todos os ramos das Forças Armadas, especificamente no acesso ao Curso de Formação de Sargentos, e que desta forma estagnam na progressão de carreira já que não foram criadas pelos mentores as indispensáveis e prioritárias disposições transitórias de forma a salvaguardar os interesses profissionais e pessoais dos visados e interrompendo a continuidade da doutrina legada pelos seus predecessores no campo da Gestão de Carreiras, que desde sempre minimizou danos colaterais sem deixar de por em prática os meios necessários à obtenção dos seus objectivos.

"O Sargento" – A Lei Orgânica N.º 3/2001, de 29 de Agosto, consagrou o associativismo socioprofissional. O Luís Reis acha que o seu articulado permite às associações defenderem os interesses dos seus associados?

Luís Reis – Esta Lei que define a regulamentação do associativismo militar nas Forças Armadas, direitos e restrições das associações, pessoalmente penso que enquanto dirigente asso-

ciativo, o seu articulado apesar de poder e dever ser melhorado, não me parece que seja por esse motivo que as associações militares não possam defender os interesses dos seus associados.

O problema, esse sim, é do incumprimento sistemático desta Lei, por parte da Tutela e Chefias Militares, nomeadamente no seu Art. 2.º "Os Direitos das Associações". É que, como se não bastassem as medidas entretanto já aprovadas e que têm vindo a ser implementadas à revelia do enquadramento legal da condição militar, deparamo-nos ainda com um conjunto de indefinições, causadas pela exclusão da participação efectiva nos Grupos de Trabalho (GT), de acordo com esta Lei Orgânica, sobre matérias do interesse fulcral para os militares em geral e das Praças em particular, tais como: Carreiras; Sistema Retributivo; Complemento de Pensão de Reforma e Regulamento de Disciplina Militar e Assistência na Doença.

"O Sargento" – No quadro desta lei, como têm sido as relações da APA com a Tutela, e com as outras associações?

Luís Reis – Como consequência directa do não cumprimento desta Lei Orgânica, as dificuldades de comunicação entre a tutela e a APA, vêm aumentando e desta forma o diálogo como busca de solução que a todas as partes apraz, vai-se diluindo. É certamente uma questão que irei brevemente ter oportunidade de manifestar de viva voz ao Sr. MDN quando nos receber em audiência por nós já solicitada. Por outro lado, o relacionamento com as outras APM's é salutar, no respeito pelo relacionamento institucional, e na unidade congregada na defesa conjunta dos interesses dos militares que representam em matérias que são transversais a todas as classes. Diria que o Associativismo Militar está forte, é solidário e recomenda-se. ▲

BEBER DO PRÓPRIO VENENO...

Os últimos tempos têm sido marcados (também) pelo conhecimento mediático de vários escândalos de corrupção – Portucale, Freeport, BCP, BPN, BPP, submarinos, Face Oculta... Todos eles têm um denominador comum, os seus protagonistas mais salientes fazem parte politicamente do denominado "Bloco Centra de Interesses", com algumas incursões a outros elementos que em determinados momentos fizeram parte do chamado "Arco do Poder".

Este artigo não tem como objectivo fazer qualquer apuramento da verdade, nem mesmo da legalidade desta ou daquela acção dos investigados, suspeitos e até dos próprios investigadores. Esse é um assunto exclusivo dos investigadores judiciais e que os tribunais terão que julgar. Este artigo tem antes sim, como objectivo, fazer outro tipo de abordagem, observar os factos em torno de valores que nos são profundamente caros – a seriedade e a honorabilidade – valores que fazem parte do nosso Código de Honra, e que nem sempre são sinónimos de legalidade, mas que quem pretende exercer cargos de relevância pública deve escrupulosamente obedecer, para defesa das instituições e pelo exemplo torná-las simultaneamente credíveis e, deste modo, assegurar aos cidadãos que as sustentam, a confiança necessária para que possam sem qualquer tipo de

dúvida respeitá-las, bem como ao próprio regime democrático. "A mulher de César não basta ser séria...!"

Acontece que, à medida que se vão conhecendo os diferentes casos de corrupção, os partidos do "Bloco Central de Interesses" vão dirimindo acusações de acordo com os seus interesses, com argumentos por vezes contraditórios que tendem a arrastar para o campo das suspeições tudo e todos, inclusivamente os próprios órgãos de investigação judicial. Quando atingidos clamam pela presunção de inocência e esgrimem argumentos em torno da "legalidade" dos meios de prova utilizados.

No que a este Governo diz respeito só confirma o que temos vindo a dizer, clamam "Aqui d'El-Rei" pela legitimidade dos meios de prova quando não se lembraram da mesma legitimidade ao mandarem elementos (que não se sabem quais) fotografar militares que participaram em iniciativas promovidas pelas APM's, fotografias que vieram a ser utilizadas contra esses mesmos militares em sede de processos disciplinares.

Hoje, estão a "beber do seu próprio veneno" e parece, pelas reacções conhecidas, que não lhes sabe nada bem. Diz o povo na sua enorme sabedoria – "Não faças aos outros o que não gostas que te façam a ti"! ▲

SOLIDARIEDADE COM LIMA COELHO

Vale sempre a pena lutar

A História de Portugal, sobretudo desde os finais do Século XIX, está inevitavelmente ligada à Classe de Sargentos. Desde as primeiras tentativas de implantação da República, no 31 de Janeiro de 1891, até aos nossos dias, que os Sargentos de Portugal têm agido e resistido em conjunto, na defesa dos superiores interesses do País, e dos seus, enquanto classe profissional.

Claro que, para alguns poderes instituídos, é demasiado incómodo que homens e mulheres se unam em torno de uma causa comum que lhes é cara. Mais, que se atrevam a levantar a voz e a defender opiniões. É por isso que à luta dos Sargentos sempre correspondeu, de forma velada ou descoberta, uma repressão feroz.

O aparecimento da ANS como órgão representativo dos Sargentos de Portugal veio contribuir para que essa voz se tornasse uníssona, mais afinada e contundente. Daí que os seus dirigentes e activistas se tornaram alvos preferenciais de ameaças, perseguições, demoras nas promoções, punições do mais variado grau e tipo. Nunca é demais relembrar que entre 2005 e 2009 foram levantados mais de cinquenta processos disciplinares, por motivos associativos, a oficiais, sargentos e praças, até mesmo, pasme-se, na situação de reforma.

O presidente da ANS, António Lima Coelho, somou, nesse período, quatro processos levantados contra si; uns que, por tão ridiculamente descabidos, foram arquivados por "não se provar a culpabilidade do arguido"; e outros que resultaram em prisão e na demora na sua promoção a Sargento-Chefe.

Não querendo entrar pelos pormenores técnicos e jurídicos deste longo caminho, nem "embandeirar em arco" pensando ter ganho a "guerra", o que é certo é que, depois de ter sucedido o mesmo a outros seis camaradas demorados na promoção, o presidente da ANS foi promovido ao posto de Sargento-Chefe, recuperando toda a sua antiguidade.

Em Lisboa, a 08OUT09; em Marrazes, Leiria, a 12OUT09; e em Vila Verde, Braga, a 23OUT09, grupos de Sargentos organizaram jantares de solidariedade e congratulação, celebrando o fim de tão flagrante injustiça. Várias centenas de camaradas, de Norte a Sul, quiseram assim homenagear o cidadão, militar e presidente da sua Associação.

Cientes que há muito caminho por fazer, não podemos deixar de assinalar que ter Poder não é ser impune e inimputável. Acima de todos está a Lei, essa que jurámos defender, e que se tem de aplicar de forma isenta e inequívoca.

A Família Militar esteve e está disponível, por excelência, a sacrificar-se pelo País. Não está, nem estará disponível, por muito despotismo repressivo que surja, a ser sacrificada em nome de interesses mais ou menos obscuros de alguns.

Lutar é difícil, cansativo e nem sempre fácil; mas a alternativa é impensável.

Paulo Contreiras ▲

A noite dos 3A's

No jantar de congratulação e solidariedade, realizado em Lisboa, numa sala repleta de militares que tinham em comum um elevado sentido de justiça e grande apreço e amizade para com o presidente da Direcção da ANS, desde Oficiais Gerais e Superiores a Praças, a alegria e emoção pela promoção a Sargento-Chefe de Lima Coelho transbordava e nela surgiu emocionada a visão do camarada Castro, Sargento-Ajudante da FAP: "*Hoje é a noite dos três A's: ANS, Amizade e António Lima Coelho!*" ▲



Lisboa



Lisboa



Lisboa



Braga

Decorreu, no passado dia 23 de Outubro, no Restaurante Martinho, em Vila Verde, Braga, um jantar de solidariedade e congratulação para com o nosso camarada e presidente da ANS, António Lima Coelho.

Este jantar teve como objectivos assinalar o vigésimo aniversário da ANS e manifestar o reconhecimento, por parte dos sargentos, e de militares de outras categorias presentes, do trabalho que tem sido desenvolvido pelo Sargento Lima Coelho como dirigente associativo, camarada e amigo. É de realçar a forma empenhada, íntegra e, acima de tudo de uma isenção apreciável, como tem desempenhado as suas funções em prol dos Sargentos de Portugal, apesar dos danos causados na sua carreira militar e na sua convivência familiar.

Este evento contou com a presença de 63 militares do activo, reserva e reforma dos três ramos das FFAA e duas esposas, que conviveram num verdadeiro ambiente de camaradagem, acompanhado de uma excelente refeição que, como nem podia deixar de ser, foi acompanhada com as excelentes produções regionais.

Após o jantar, Lima Coelho usou da palavra começando por agradecer a homenagem que entende não ser apenas dirigida à sua pessoa mas sim a todos os Sargentos de Portugal que ao longo dos anos têm pugnado pela defesa da dignidade e das condições de vida dos Sargentos de Portugal e respectivas famílias. Fez ainda uma retrospectiva dos 20 anos de existência da ANS, da sua fase pré e pró associativa, e terminou fazendo um ponto de situação face ao momento que vivemos fruto da produção de legislação extremamente danosa para a condição de vida da Família Militar.

José Mota ▲



ARSENAL DO ALFEITE

Mais um ataque à condição militar

A EMPRESA, AA-SA

Em Fevereiro de 2009 o Arsenal do Alfeite - instituição nascida em 1937, em substituição do **Arsenal da Marinha** localizado na Ribeira das Naus, em Lisboa, desde 1501 que, por sua vez, era herdeiro das **Tercenas Navais** criado em 1377 - constituiu-se em "*Arsenal do Alfeite, S. A., com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos*" (art. 1.º do DL 33/2009 de 05FEV). Segundo se estatui no preambulo do referido DL, "*a nova organização deve reger-se por sólidos princípios do interesse económico geral e das boas práticas empresariais e da concorrência, observando igualmente o interesse público associado aos superiores interesses nacionais em matéria de defesa e segurança*".

Assim nasceu mais uma empresa pública, cujo trabalho a sério arrancou em 1SET09, logo após as férias de Agosto. Foi aliás durante esse período de férias que os camaradas Sargentos que prestavam serviço no Arsenal foram destacados em massa para várias unidades, à pressa, sendo que cerca de 20 o foram para Direcção de Serviço de Pessoal – Repartição de Sargentos e Praças, com destino a integrarem os quadros da AA-SA. Assim. Sem mais, nem anteontem. É certo que, como militares que são, os camaradas devem servir a Marinha onde são necessários. O que já não é tão certo é que, sendo militares, tenham que ir servir a Marinha, numa empresa civil, em condições que põem em causa a sua Condição Militar.

O PROTOCOLO

Os problemas começaram muito antes de Setembro de 2009. Sem uma posição clara, as chefias da AA-SA começaram a procurar por voluntários (com abordagens meio secretas, onde se era pedida discrição), quer entre os camaradas que ainda lá prestavam serviço, quer entre outros que já o haviam feito anteriormente, para integrarem as poucas vagas para militares criadas na empresa. Até porque o tempo urgia, e corria-se o risco de ser posta em causa a manutenção das armas e sensores dos navios da Armada (que de resto está a verificar-se). Só que, devido à falta de frontalidade e clareza, os camaradas não estavam absolutamente seguros das condições de trabalho em que passariam a trabalhar para a empresa. Mais, segundo o *jornal da caserna*, não era garantido que esses camaradas continuassem a ter tratamento igual ao dos restantes sargentos da Armada. E porquê? Porque, no art. 10.º do DL 33/09 (Regime do pessoal militar), nomeadamente no seu n.º 5, estabelecia-se que "*as demais condições de prestação de serviço dos militares na Arsenal do*

Alfeite, S. A., são objecto de protocolo a celebrar entre a sociedade e a Marinha". E é aqui que reside um dos principais, senão o principal, obstáculos à segurança que os camaradas deviam sentir por iniciarem uma comissão de serviço numa empresa civil.

Esse documento, obviamente conhecido como o protocolo, à altura do fecho da nossa edição, ainda não existia oficialmente. Todavia os 12 camaradas (sim, das iniciais duas dezenas, baixou-se para uma dúzia; provavelmente por ser "*necessário criar uma entidade preferencial devidamente apetrechada e dimensionada para dar cabal resposta às necessidades de sustentação técnica e logística dos navios da Armada, com especial vocação para a respectiva manutenção*", como se lê no preambulo do DL 33/09) já estão a laborar com algumas condições que dele resultarão. O protocolo deverá estabelecer um conjunto de regras que respeitam a nomeação de militares, vencimentos, assistência social e na doença, etc., e já foi alvo de várias versões, oportunamente postas a circular em emails e papeis não assinados. Foi precisamente por causa das informações pouco credíveis contidas nesta curiosa forma de circulação de informação institucional e hierárquica que a insegurança dos camaradas aumentou.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Falava-se em horas extraordinárias e aumentos de 200,00€, mas também se falava de não haver tempos atribuídos para a prática educação física e de descontos por faltas por doença; os militares deixariam de estar abonados, para efeitos de alimentação, pela Marinha; passariam a trabalhar num horário diferente do dos restantes camaradas e passariam a picar cartão em todas as entradas e saídas da área das instalações AA-SA, ainda que fossem trabalhar em navios... enfim, uma série de regras empresariais, algumas altamente lesivas da condição militar, o que levou os camaradas, ainda em Junho/Julho passados, a colocarem uma série de questões pertinentes à Administração da AA-SA. Essas questões, proibidas de serem postas por escrito, foram colocadas focando aspectos fulcrais das carreiras destes militares:

- os militares ficarão adidos ao quadro?
- implicações na escala de embarque?
- vencimentos pagos por que entidade: Marinha ou AA-SA?
- no caso de ser a AA-SA, os militares nela colocados, verão os seus vencimentos actualizados como os dos restantes militares;
- que penalizações por faltas ou atrasos relacionados com doença, assuntos militares, inspecções médicas anuais, provas físicas anuais, etc.?

- quem avalia os militares, tendo em conta que serão chefiados, em muitos casos, por civis, e com que critérios?

- qual o posicionamento dos militares na estrutura funcional e remuneratória da AA-SA?

As respostas da Administração foram ultrajantes! Numa folha impressa não assinada, e em resumo, foi respondido com sobrançeria que os militares ficariam, segundo os termos do protocolo, sujeitos a todas as regras dos restantes trabalhadores da AA-SA, valendo "*o princípio geral de submissão dos militares às mesmas disposições normativas aplicáveis aos restantes trabalhadores*". Para não sermos exaustivos, damos dois exemplos:

Pergunta: "*Os militares ficam adidos ao quadro?*"

Resposta, (note bem): (sic) "...!"

Pergunta: "*A credenciação dos militares obriga a confidencialidade à Marinha/NATO ou a terceiros?*"

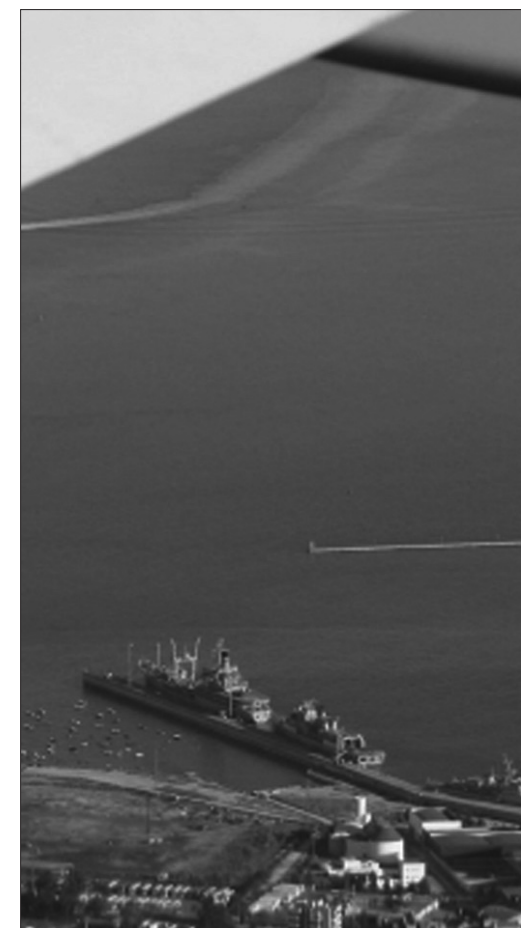
Resposta: "Que credenciação? [Que ignorância, diríamos nós, não fosse esta uma prova tão clara do desrespeito pela condição militar. Mas continuemos...] *Os militares colocados na AA-SA têm deveres genéricos de confidencialidade, dedicação exclusiva e protecção de direitos de autor, independentemente do interlocutor.*"

SITUAÇÃO ACTUAL

Na altura da apresentação destas questões, foi também afirmado à Administração que a "*quase totalidade dos militares actualmente a prestar serviço [não estão] receptivos à aceitação deste protocolo (...)*". Referiam-se a uma das primeiras versões, em que era referida uma declaração a assinar pelos militares, a Marinha garanti-lo-ia, em que as obrigações para com a AA-SA eram de tal maneira absurdas, que os camaradas começaram a ver que seriam tratados como qualquer trabalhador numa qualquer empresa, pública ou privada, numa relação laboral puramente definida pelo Código de Trabalho. Exceptuavam-se neste protocolo o exercício do poder disciplinar e os direitos previstos em matéria de licenças, saúde e apoio social.

Mas que bom negócio, caro leitor! Operários altamente especializados, a quem se dá "*dez reis de mel coado*", obrigados a prestar serviço pela hierarquia militar, sobre quem recai a responsabilidade pela segurança social dos seus oper... ahhh, militares, e ainda por cima obrigados a assinar uma declaração de aceitação sem restrições! Que belo negócio, sim senhor.

Entretanto, chegou o mês de Setembro. Os camaradas a quem "*saiu a fava*" continuaram a trabalhar, alguns, e outros iniciaram comissão normal na AA-



SA (se é que se pode chamar *normal* a uma comissão numa empresa civil). Os problemas começaram a verificar-se na prática do dia-a-dia: picar cartão; dados pessoais cedidos pela Marinha às secretarias, civis obviamente, da AA-SA, para processamento de vencimentos; inexistência de Secretaria Militar nos serviços da empresa; falta de horário para a prática de educação física, mas exigência de cumprimento do horário 08.00 – 17.00 para laboração; pagamento de vencimento aos camaradas pela AA-SA... e pela Marinha; etc. E do protocolo nada! Já deve ir em dez ou mais versões, e nunca mais acertam. De concreto, o que os camaradas têm é o seguinte:

- estão colocados na AA-SA, na situação de JAP (comissão normal, fora do ramo);
- estão adidos ao quadro desde 1 OUT09 (talvez agora a Administração da AA-SA já saiba o que isso é);
- estão sujeitos ao regime normativo dos restantes trabalhadores da AA-SA, sem estarem, porque ainda não foi acordado/assinado o protocolo entre a Marinha e a AA-SA.

PROPOSTAS DE SOLUÇÃO...

Mas não era necessário que as coisas se passassem assim. Nas conversas que os camaradas colocados na AA-SA tiveram com delegados da ANS, a solução para este imbróglio era simples e passava por:

- Celebração do protocolo, previsto no DL 33/09, assegurando a Marinha que os seus militares seriam colocados na AA-SA sem perderem quaisquer direitos em relação ao estatuto no EM-FAR, e definindo, como fez em 1 OUT09, que esses militares ficariam na situação de adidos ao quadro;
- Abertura de concurso para preenchimento das vagas necessárias, uma vez superiormente definidas e publicitadas, com a elaboração da descrição



funcional dos lugares que iriam ocupar na estrutura da AA-SA.

Definidos estes dois requisitos, é quase certo que haveria voluntários para trabalhar na AA-SA. Como, absurdamente, esta é uma tarefa muito complicada, vai-se pela via que mais prejudica e desrespeita os Sargentos que prestam serviço na AA-SA: secretismo, conversas dúbias, profusão de boatos e obrigação de cumprir.

... E OUTRAS SOLUÇÕES EM CURSO

Talvez seja por isso que já há camaradas a declararem querer **dar por finda a sua comissão** na AA-SA (mesmo tendo a noção de que fazem falta e reconhecendo que seriam muito úteis à Marinha), já depois de se aconselharem com os advogados que trabalham com a ANS. Talvez seja também por isso que haja camaradas, mais conscientes do seu dever, a ver que há um **conflito de interesses grave** em trabalhar nestas condições: Vamos supor que uma equipa da AA-SA, constituída por um militar e por um civil, vai a bordo dum navio para efectuar um trabalho; como já terá estado embarcado nesse navio e conhece o técnico que aí está colocado, e como camarada que é, ao ser abordado para o ajudar a resolver um outro problema, o técnico militar da AA-SA ajuda-o; mas ao ajudá-lo, está a evitar que um eventual trabalho a executar, e a cobrar, pela AA-SA deixe de existir; mas como pode esse militar fazer isso, quando está, segundo todas as versões do protocolo a que tivemos acesso, obrigado a dedicação exclusiva à empresa? Ainda mais quando sabe que "os militares, enquanto colocados na AA-SA, são objecto de **avaliação pelo seu desempenho profissional**, de acordo com o sistema de avaliação de recursos humanos vigente na AA, SA." (da última versão do protocolo).

Outra situação, no mínimo curiosa, é a questão dos vencimentos. Como se disse atrás, os **Sargentos colocados na AA-SA estão a perceber dois vencimentos**: um da Marinha e outro da AA-SA; por ser uma situação curiosa, estão a ser pressionados, com chamadas à Chefia do Serviço de Apoio Administrativo (CSAA) e tudo, para encontrar (!) uma solução para devolver o vencimento de Marinha; há camaradas que declararam não querer perceber venci-

mento pago pela AA-SA, de balde. Ainda em relação a vencimentos, nesta última versão do protocolo, já aparece a possibilidade de "*nos casos em que as remunerações correspondentes à categoria ou cargo que o militar exerce na AA, SA forem inferiores ao montante das remunerações que lhe competiriam na Marinha, a AA, SA assegura o pagamento desta diferença*", o que quer dizer que os tais 200,00€ a mais que a boataria pôs a circular em papel, podem estar em causa. Ou antes, a serem pagos pela AA-SA, serão para evitar que os camaradas lá colocados não baixem de ordenado. Curioso não é?

NOTA FINAL

A pouco e pouco, o cerco vai-se fechando e os camaradas vêm-se, apesar da resistência, conduzidos a uma situação atentatória dos seus direitos e deveres militares, com a complacência das Chefias da Armada, que não parecem muito dispostas a alterar este modo de cumprir, à pressa e sem frontalidade, a *vontade de modernização* que a tutela persegue há 5 anos. Aliás, se atentarmos nas palavras do anterior Ministro da Defesa, quando faz o balanço de legislatura do Ministério da Defesa, podemos ver que "*ainda em matéria de modernização, foram tomadas duas medidas de grande alcance que dizem respeito ao Desenvolvimento do Sector Empresarial da Defesa Nacional. Primeiro, a 'empresarialização' do Arsenal do Alfeite. [...] O objectivo foi promover um novo modelo de gestão e organização, que melhor responda às necessidades de manutenção da frota da Armada Portuguesa [...]*". Então e os homens e mulheres que servem o seu país na Marinha, não deveriam também ser, efectivamente, modernizados? Talvez não. Mas também não deveriam estar constantemente sujeitos a ataques à sua condição militar.

Luís Bugalhão

Fontes:
http://pt.wikipedia.org;
Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro;
OP2 160/2009AGO25;
OP2 181/2009SET23;
OP2/187/01OUT09;
Várias versões do Protocolo AA-SA/Marinha, referido no DL 33/09 de 05FEV;
Balanço da Legislatura (2004/2009) do Ministério da Defesa Nacional ▲

Seminário ASPP/PSP

"Especificidade da Missão"

A ANS participou com uma delegação, constituída por Lima Coelho e António Campos Dias, presidente e vogal da Direcção respectivamente, num Seminário promovido pela ASPP/PSP subordinado ao tema "A Especificidade da Missão", que teve lugar na Quinta da Vitória, Sobreda da Caparica, no passado dia 25 de Novembro.

Pouco passava das 9h30 quando se deu início aos trabalhos, moderados pelo Juiz Conselheiro Jubilado, António Bernardo Colaço. Na introdução o Dr. Bernardo Colaço abordou a especificidade da missão, bem como o desgaste rápido a nível do serviço da PSP.

O presidente da ASPP/PSP, Paulo Rodrigues, baseou a sua intervenção inicial principalmente numa crítica constante à Lei 12-A/2008, a qual abrange a PSP, não reconhecendo, em consequência, a especificidade da missão policial.

O Director Nacional da PSP, Superintendente Oliveira Pereira, falou sobre a necessária transparência para toda a PSP e para os Sindicatos representativos, assim como a postura dos agentes em relação ao cidadão comum, o qual só reconhece a PSP pelas críticas que faz quando, por exemplo, é autuado a nível de estacionamento. Contudo, estes autos só representam 0,5% de todo o serviço da PSP, mas é nisso que o cidadão comum se baseia para criticar, com toda a imagem negativa a isso associada. O agente da PSP tem que ser um homem com grandes capacidades, para poder resolver tudo o que lhe aparece, o que ocasiona um desgaste rápido.

Depois da sua intervenção, e com o acordo do moderador e membros da mesa, o Director Nacional da PSP colocou-se à disposição da Assembleia para responder às questões que entendessem colocar-lhe.

O Dr. Carlos Fernando Silva, da Universidade de Aveiro, designou a sua apresentação de "Psicologia Policial de Pina Manique" sem que a escolha do nome tenha tido algum significado especial. A sua apresentação, apesar de elevada-mente técnico-científica, colheu a atenção de todos os presentes não só pela importância dos seus conteúdos mas também pela forma como foi transmitida, e pela implicação directa que tem no dia-a-dia dos profissionais da polícia, de outras forças de segurança e mesmo dos militares.

Num estudo efectuado em 2005 o stress é um dos indicadores mais elevados, o qual leva muitas vezes ao divórcio e ao suicídio. A heterogeneidade de funções diversas, realizadas pelos polícias, onde o grau de exigência é enorme, tais como promover uma boa imagem, mediadores profissionais de conflitos, violência doméstica, problemas no trânsito, acidentes com uma grande carga de imagens negativas e inclusivamente como psicólogos em casos de tentativa de suicídio. Aconselhou a consulta do site www.heavybadge.com sobre psicologia policial.

A cultura de cantina ou mais vulgarmente, as conversas de caserna, a resistência à mudança, o conservadorismo da instituição, a especificidade da missão, o resultante pessimismo são muitos dos factores que é necessário levar em conta em estudos, muitos dos quais não têm o total apoio das chefias.

Falou sobre o trabalho nocturno e por turnos, os quais estão associados ao relógio biológico, ritmo biológico, ciclos solar, lunar. Todos estes factores têm o seu impacto diário, o que provoca altos e baixos, os ritmos altos com boa produção, os ritmos baixos com o período de baixa produção, de repouso ou de repouso absoluto.

Finalmente, a encerrar o período matinal, a Intendente Dra. Maria dos Anjos apresentou um trabalho académico sobre o "Índice de Capacidade para o Trabalho" vulgo ICT. O seu estudo, que complementou a apresentação anteriormente feita pelo Dr. Carlos Fernando Silva, baseou-se principalmente na capacidade para o trabalho por turnos em contexto policial, capacidade de trabalho que se vai perdendo ao longo do dia e também ao longo da vida activa.

Os resultados apresentados, colhidos com base científica, proporcionam um interessante acervo documental para os trabalhadores que desenvolvem as suas actividades em sistemas irregulares de horários. Muito interessante também, e sobretudo, para a vertente militar.

António C. Dias ▲

MANUEL GUEDES

Evocação do Homem, do Marinheiro, do Antifascista e Democrata

Dia 16 de Janeiro, no Feijó



Manuel Guedes nasceu a 14 de Dezembro de 1909, na freguesia da Sé do 1º Bairro, em Lisboa, filho de José Guedes e Teresa de Jesus.

Tendo ficado órfão de pai e mãe, foi internado, com apenas 8 anos de idade, no Asilo Maria Pia, onde permaneceu, cerca de 10 anos, até se alistar na Marinha como voluntário.

Ingressou, como voluntário, na Armada em 31 de Maio de 1927, com o Número de Matricula 3653, sendo readmitido por mais 3 anos em Maio de 1933.

Em 28/10/1927 ratificou o Juramento de Bandeira, e em 31/10/1927, foi promovido a Marinheiro Artilheiro.

Em 28/07/1928 passou a fazer parte da Companhia Expedicionária a Angola e em 03/08/1928 embarcou no paquete Angola com destino a Luanda onde desembarcou em 17/08/1928.

Em 14/09/1928, foi louvado pela forma corajosa, inteligente e altamente patriótica demonstrada quando do desarmamento da Polícia de Luanda em 14/09/1928.

Em 13/08/1929 apresentou-se com guia da Superintendência dos Serviços de Marinha deixando de fazer parte da

Companhia Expedicionária a Angola mandado apresentar nos Serviços Centrais de Marinha.

Embarcou nalguns navios, nomeadamente, no Carvalho Araújo, no Vasco da Gama e NE Sagres, tendo prestado também serviço nalgumas unidades como a Inspeção de Marinha, o Corpo de Marinheiros etc.

Em 28/07/1931 foi-lhe atribuído a Medalha de Cobre de Comportamento.

Em 09/03/1935 abatido ao efectivo deste Corpo, como é dito na sua folha de serviço.

Manuel Guedes, por ter entrado para a Marinha um pouco antes do golpe de 28 de Maio, assistiu de perto à fascização das Forças Armadas, às primeiras revoltas contra a ditadura, às perseguições aos militares antifascistas e tomou contacto com as correntes republicanas e antifascistas que tinham ainda na Armada uma forte presença.

A sua sensibilidade ao tomar contacto com esta realidade levou-o a tornar-se um militante antifascista e um dos principais dinamizadores da Organização Revolucionária da Armada (ORA), a qual até à Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936 manteve uma intensa actividade de agita-

ção e propaganda. Foi um dos principais redactores do jornal da ORA, o **Marinheiro Vermelho**, que chegou a editar 1500 exemplares.

Em 1933 foi preso e julgado pelo Tribunal Militar Especial que o condenou a 18 meses de prisão. Foi libertado em Janeiro de 1935 e logo expulso da Marinha.

Em Abril de 1935 é novamente preso. Aproveita uma das idas ao tribunal e evade-se para continuar a luta. O Partido Comunista Português (PCP), do qual já era militante, encarrega-o de tarefas em Espanha, mas ao entrar no País vizinho é preso, juntamente com Pires Jorge, outro camarada que também foi marinheiro, por posse de arma e falta de documentação.

Presos em Cárceres, assistem à tomada da cidade e aos inúmeros crimes praticados pelos franquistas, que os condenam a 28 meses e um dia de prisão.

Cumprida a pena em difíceis condições, é entregue em Portugal à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), em Novembro de 1938 e fica preso até Julho de 1940.

Mal se encontrou em liberdade, Manuel Guedes voltou à luta clandestina, tornando-se um dirigente do PCP, e,

nesta condição, dirige poderosas lutas de massas.

Preso novamente em Maio de 1952 é condenado a 4 anos de prisão, mas as medidas de segurança fazem com que permaneça 13 anos encarcerado, só sendo libertado em Março de 1965.

Depois da Revolução de Abril é reintegrado na Marinha e promovido a Sargento-ajudante (SAJ) e passa à reserva.

Alguns praças, sargentos e oficiais, por terem convivido com ele depois do 25 de Abril, e acharem que as gerações mais novas devem conhecer os exemplos altruístas, de coragem e determinação de tais marinheiros, decidiram constituir uma **Comissão Promotora** para evocar o homem, o marinheiro, o antifascista e o democrata que foi Manuel Guedes.

Essa **evocação terá lugar no dia 16 de Janeiro, sábado, às 14.30 horas, na Junta de Freguesia do Feijó, e consta da deposição de ramo de flores junto ao Monumento ao Marinheiro Insubmisso**, uma sessão no auditório da Junta de Freguesia e um Porto de Convívio.

A Comissão **convida todos os militares, suas famílias e demais democratas a participar nesta evocação do Marinheiro Manuel Guedes!** ▲

Protecção na doença discrimina militares

Com a destruição dos três subsistemas de assistência na doença dos militares das Forças Armadas, ADMA, ADME e ADMFA, implementada pelo anterior Governo da maioria absoluta do Partido Socialista, os militares e as suas famílias passaram por um largo período de incerteza em que, congregados nas suas associações representativas, travaram árduas lutas na defesa dos seus direitos decorrentes da Condição Militar.

Durante esse período, em que a nova ADM (há quem diga que ADM significa 'Agora Descontas Mais'...) foi dando os primeiros passos, todos nos fomos apercebendo que a nossa assistência na doença, por via das alterações introduzidas pelo Governo, se degradou imenso sendo em muitos aspectos pior que a ADSE e o próprio Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente no que diz respeito ao número de acordos realizados com entidades prestadoras de cuidados de saúde, à sua fraca disseminação pelo País, penalizando os camaradas que habitem em regiões menos centrais, bem como os valores estabelecidos para as comparticipações.

Paralelamente, somos cada vez mais confrontados pela dificuldade de marcação de consultas nos Hos-

pitais Militares, não só pelo acréscimo de utentes a socorrem-se desses serviços, como pela redução de efectivos do pessoal da área da saúde, nomeadamente dos médicos.

Como exemplo refira-se o caso do Hospital Militar Principal onde existe apenas um Reumatologista para atender todos os pacientes da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

Nestas condições, só os casos extremamente graves terão acesso a uma consulta em tempo útil, ficando muitos pacientes há espera sem perspectivas de agendamento para a consulta a que têm direito.

Acho mesmo que nestes casos em que o militar, por falta de resposta do Serviço de Saúde Militar, se vê remetido para consultas particulares pagas a "peso de ouro", a sua comparticipação pela ADM deveria de ser a 100% uma vez que não se trata de uma escolha do militar. Um caso a ponderar...

Um exemplo claro de discriminação dos militares é aquele que amiúde é relatado, de clínicas que têm acordo com a ADM mas que utilizam critérios de marcação das consultas conforme a situação do utente. Se o utente quiser pagar a totalidade da consulta

agendam de imediato, se o utente quiser beneficiar do acordo dessa clínica com a ADM agendam a consulta para prazos muitos dilatados. É triste...

Casos de valores de comparticipações de actos médicos com prejuízo para os beneficiários da ADM são também frequentemente constatados.

Exemplo: duas crianças são enviadas pela médica de família do Centro de Saúde da sua área de residência para fazerem um electroencefalograma numa clínica de Campolide. Ambas apresentam credencial do Serviço Nacional de Saúde. A primeira, cujos pais são beneficiários da Segurança Social, paga zero euros. A segunda, filha de militar, como tem o subsistema ADM, paga setenta euros...

Numa clínica de Sacavém uma densitometria óssea custa para um beneficiário da ADM 19,96 euros e para um beneficiário da ADSE apenas 9,90 euros. E esta?

Casos como este levam à conclusão que temos que continuar a lutar pelos nossos direitos e pela valorização da Condição Militar tal como está (ainda) consignada na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Não podemos baixar os braços!

José Pereira ▲

AUME

Jornada histórica

A AUME, Asociación Unificada de Militares Españoles, promoveu e realizou uma concentração junto do edifício do Ministério da Defesa espanhol, no passado dia 13DEZ09, para exigir a reforma da 'Ley de la Carrera Militar' e para exigir a publicação de 'derechos y deberes de los militares', que tarda em ser publicada, apesar da promessa de vários governos.

Foi a primeira vez que os militares espanhóis se puderam manifestar livremente, sem perseguições disciplinares e com autorização governamental, pelo que se tratou de uma jornada histórica.

A ANS, em apoio e solidariedade com a luta que os nossos camaradas da AUME travam, enviou uma delegação da Direcção, constituída pelo presidente Lima Coelho (também em representação do board da EUROMIL), o vice-presidente Mário Ramos, o tesoureiro José Gonçalves e pelo secretário Luís Bugalhão.

Na próxima edição d' O SARGENTO daremos conta com mais pormenor desta iniciativa, em que estiveram presentes várias entidades sindicais e partidárias de Espanha, e na qual houve a participação de mais de 2500 militares e suas famílias. ▲



Seminário da EUROMIL/ETUI

Recrutamento e Organização

A EUROMIL, com a colaboração do European Trade Union Institute (Instituto Europeu de Sindicatos), levou a cabo, em Sesimbra, nos dias 21, 22 e 23 de Novembro de 2009, um seminário sobre Recrutamento e Organização.

Esta iniciativa visa treinar dirigentes associativos, de associações ou sindicatos militares, em competências que permitam fortalecer as suas organizações, impelindo-as a crescer de forma sustentada e progressiva. Em Novembro de 2008, em Bruxelas, tinha sido feita uma experiência piloto deste tipo, e agora, em Portugal, pretendeu-se dar o pontapé de saída naquilo que se deseja tornar periódico e eficaz: formação contínua aos membros da EUROMIL.

Estiveram presentes nesta iniciativa a Associação Nacional de Sargentos (ANS) e a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) a representar Portugal; a Asociación Unificada de Militares Españoles (AUME), de Espanha; a British Armed Forces Federation (BAFF), de Inglaterra. Esteve igualmente presente Koos Stauthammer, membro da Direcção do sindicato militar Holandês, ACMP/FNV, que conta mais de cem anos de existência, e que veio apresentar o modelo de funcionamento do seu sindicato, em termos de recrutamento e organização.

Da ANS participaram o presidente da Direcção António Lima Coelho, os

vice-presidentes José Pereira e Mário Ramos, o tesoureiro José Gonçalves, os

secretários Luís Bugalhão e Paulo Contreiras e o vogal da Direcção Antó-

nio Mouta Dias. A AOFA contou com 3 representantes, a AUME com 5 e a BAFF com 2. Esteve ainda presente um funcionário da EUROMIL, o dinamizador deste curso (francês por nascimento e cidadão sueco), foi o Sr. Jean Claude LeDouaron, do ETUI.

Durante dois dias e meio, debateram-se estratégias, fizeram-se exercícios aplicados em grupo, trocaram-se experiências. No "final", que não passa mesmo de um reinício, não saiu nenhuma "receita mágica" para tornar tudo fácil. Fortalecer uma associação passa, sobretudo, pelo trabalho e empenho de todos os seus membros. Estruturar e direccionar esse esforço colectivo de forma a otimizar resultados, isso sim, poderá dizer-se que foi o que tratámos.

O colectivo da ANS presente, saiu reforçado em ideias e projectos, uns novos, outros nem tanto, mas de certeza que o número dos que se vão tornar realidade depende directamente do TEU esforço e colaboração.

Resumiria estes dois dias e meio numa frase (adaptada) que fazia parte de um filme exibido durante o Seminário: A ANS é a organização representativa dos Sargentos de Portugal, é a TUA associação, e para que seja forte e eficaz na resolução dos TEUS problemas também tens de trabalhar para ela.

Paulo Contreiras ▲



Actividade ASSOCIATIVA

Num Verão marcado por um intenso clima político pré-eleitoral, em que simultaneamente no seio da Família Militar proliferaram informações, mais ou menos fundamentadas, mais ou menos verosímeis, mais ou menos formalizadas de inúmeras alterações legislativas e orgânicas, a actividade dos elementos dos órgãos sociais da ANS pauteou-se, uma vez mais, por uma elevada intensidade e exigência. Esta exigência foi ainda mais marcante pela decisão tomada, e a nosso ver acertada, de respeitarmos o período eleitoral, ajudando à criação de um clima propício à reflexão. Contudo, não deixámos de exercer as nossas tarefas de dirigentes associativos, a nível nacional e internacional, e dessas acções vos apresentamos seguidamente um resumo.

05AGO – Almoço na Messe de Sargentos de Lisboa, a convite do gerente por ocasião do aniversário daquele estabelecimento de apoio social aos Sargentos de Portugal. ANS representada por L.Coelho;

11AGO – Reunião das Direcções das ANS, AOFA e APA, na sede da AOFA, em Oeiras. Delegação da ANS composta por L.Coelho e D.Pereira;

13AGO – Tribuna Pública no Jardim de Belém, promovida pela ANS, abordando "A Suborçamentação das Forças Armadas";

19AGO – Entrega de um documento no MDN contendo "Propostas da ANS". Delegação da ANS composta por M.Ramos e P.Contreiras;

03SET - Reunião das Direcções das ANS, AOFA e APA, na sede da ANS, em Lisboa;

08SET – Reunião de Delegados no Porto. ANS representada por D.Pereira, J.Mota e A.Nabais;

09SET - Reunião das Direcções das ANS, AOFA e APA, na sede da ANS, em Lisboa;

10SET – Reunião de Delegados

em Lamego. ANS representada por D.Pereira e J.Reis;

10/11SET – Reunião da Direcção da EUROMIL, em Londres. ANS representada por L.Coelho;

11SET – Conferência de Imprensa Conjunta (ANS, AOFA e APA) no Espaço Turismo da CMLisboa, ao Terreiro do Paço. ANS representada na mesa por J.Pereira;

13SET – Cerimónia do 27.º aniversário da ANCU – Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar, em Tondela. ANS representada por L.Coelho;

16SET – Inauguração da Exposição "20 Anos da ANS" no Clube de Sargentos da Base Aérea N.º 1, em Sintra. ANS representada por L.Coelho e P.Contreiras;

17SET – Debate sobre as Forças Armadas, no RCP - Rádio Clube Português. ANS representada por L.Coelho;

18SET – Distribuição em algumas artérias de Lisboa do jornal "O Sargento";

19SET – Cerimónias comemorativas dos 20 anos da ANS, na região do Entroncamento;

21SET – Cerimónia do "Dia Mundial da Paz" junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém. ANS representada por L.Coelho;

[27SET – Eleições Legislativas]

06OUT – CPR (Comissão Permanente do Ramo) conjunta, precedida de jantar, na Messe de Sargentos de Lisboa;

08OUT – Jantar de Solidariedade e Congratulação relativamente a L.Coelho, realizado na antiga FIL, à Junqueira, Alcântara, em Lisboa;

[11OUT – Eleições Autárquicas]

12OUT – Debate sobre as Forças Armadas no programa "Sociedade Civil", da RTP2. ANS representada por L.Coelho;

12OUT – Jantar comemorativo do 17.º aniversário da AOFA – Associação de Oficiais das For-



Lançamento do livro "As Elites Militares e a Guerra de África"

ças Armadas. ANS representada por M.Ramos e J.Gonçalves;

12OUT - Jantar de Solidariedade e Congratulação a L.Coelho, realizado em Leiria, por Sargentos da Base Aérea n.º 5 de Monte Real e com a presença de Sargentos do Exército;

23OUT - Jantar de Solidariedade e Congratulação a L.Coelho, realizado em Vila Verde, Braga por Sargentos em serviço naquela cidade minhota e com a presença de sargentos de diversas guarnições do Norte do País e dos três ramos das Forças Armadas;

27OUT – Jornada de Debate e Porto de Honra em apoio ao pessoal da Marinha prejudicado pela solidariedade ao David Pereira. ANS representada por L.Coelho, D.Pereira, L.Bugalhão e J.Castro;

29OUT – Audiência na Provedoria de Justiça. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Pereira, M.Ramos e A.C.Dias;

30OUT – Reunião com o Gabinete de Apoio Jurídico da ANS;

5/6/7NOV – 100.º Presidium da EUROMIL, em Bruxelas. Delegação da ANS composta por L.Coelho e L.Bugalhão;

11NOV – Apresentação na sede

social do CSA – Clube do Sargento da Armada, em Lisboa, sobre "Recrutamento". Apresentação efectuada por L.Bugalhão e P.Contreiras;

12NOV – Audiência com o grupo parlamentar do BE – Bloco de Esquerda. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão e R.Carvalho;

13NOV – Audiência com o grupo parlamentar do PCP – Partido Comunista Português. Delegação da ANS composta por L.Coelho e A.P.Dias;

14NOV – Em Belém, Forte do Bom Sucesso, cerimónia comemorativa do 91.º aniversário do Armistício da I Grande Guerra, do 86.º aniversário da Liga de Combatentes e do 35.º aniversário do fim da Guerra Colonial. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos e V.Esteves;

17NOV – Lançamento do livro "As Elites Militares e a Guerra de África", de Manuel Rebocho, na sede nacional da ADFA, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

21SET – Sessão de Debate comemorativa do 130.º aniversário do jornal "A Voz do Operário", em Lisboa. ANS representada por A.Martins;

21/22/23NOV – Formação ETUC/EUROMIL em Sesimbra. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Pereira, M.Ramos, J.Gonçalves, L.Bugalhão, P.Contreiras e A.P.Dias;

23NOV – Sessão Solene comemorativa do 35.º aniversário do jornal "O ELO" na sede nacional da ADFA – Associação dos Deficientes Forças Armadas. ANS representada por L.Coelho;

25NOV – Seminário realizado pela ASPP/PSP – Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, em Sobreda da Caparica, subordinado ao tema: A Especificidade da Profissão de Polícia. ANS representada por L.Coelho e A.C.Dias;

25NOV – Audiência com o grupo parlamentar do CDS/PP – Centro Democrático Social/Partido Popular. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos e A.C.Dias;

25NOV - Audiência com o grupo parlamentar do PSD – Partido Social Democrata. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos e A.C.Dias;

10DEZ – Audiência com MDN e SEDNAM. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras e A.C.Dias.

Passadas as eleições, empossado novo Governo e reconstituídos os grupos e as comissões parlamentares, eis-nos de novo e sempre presentes no combate político pela defesa das condições de vida e profissionais dos cidadãos que representamos: os Sargentos de Portugal e respectivas famílias.

Neste final de ano e quando todos nos preparamos para mais uma quadra festiva (ou pouco festiva), a actividade da ANS reforça-se com reuniões de CPR – Comissão Permanente de Ramo, de Direcção e de Órgãos Sociais com vista a reforçar o trabalho interno e preparar as próximas comemorações do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento. ▲

Audiências com os grupos parlamentares

Após as eleições legislativas de 27 de Setembro e a consequente tomada de posse de um novo parlamento, a Associação Nacional de Sargentos solicitou uma audiência a todos os grupos parlamentares para apresentação de cumprimentos e comunicação de algumas das preocupações da classe de Sargentos bem como das iniciativas que está a levar a cabo. Assim, delegações de dirigentes da ANS deslocaram-se à Assembleia da República durante o mês de Novembro para se reunirem com os representantes dos partidos que entretanto responderam à solicitação, nomeadamente:

□ A 12 de Novembro, António Lima Coelho, Luís Bugalhão e Rui Carvalho reuniram-se com o deputado Fernando Rosas, assessorado por Carla Luís, do Bloco de Esquerda;

□ No dia 13 de Novembro, António Lima Coelho e António Mouta Dias reuniram-se com o deputado António

Filipe, assessorado por António Rodrigues, do Partido Comunista Português;

□ A 25 de Novembro, António Lima Coelho, Mário Ramos e António Campos Dias reuniram-se com o deputado João Rebelo, do CDS - Partido Popular;

□ Finalmente, no mesmo dia, a mesma delegação reuniu-se com o deputado Costa Neves, assessorado por Fernando Corvelo, do Partido Social Democrata.

Até ao presente dia ainda não há confirmação de uma data para a audiência com o grupo parlamentar do Partido Socialista.

Nestas reuniões foram abordados vários temas, como a composição da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, que será presidida pelo deputado José Luís Arnaut, do PSD, e as primeiras intervenções públicas do recém-empossado Ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva. Os elementos da ANS aproveitaram, como foi referido,

para levar ao conhecimento destes grupos parlamentares uma série de problemas que afectam a categoria militar que representam, em particular, mas também outros aspectos que afectam os militares em geral, procurando encontrar apoios e consensos para a sua resolução, destacando-se os seguintes:

□ O Projecto de Amnistia para os camaradas com processos disciplinares motivados por assuntos da luta pré e pró associativa, tendo-se também referido a acção de recolha de assinaturas que a ANS está a levar a cabo e que resultará, se tudo correr bem, numa petição à Assembleia da República;

□ O novo RDM, tendo-se abordado um possível pedido de fiscalização sucessiva pelo parlamento devido à provável inconstitucionalidade de alguns dos seus artigos e ao incumprimento da lei do associativismo militar aquando da sua elaboração e aprovação;

□ A sub-orçamentação das Forças Ar-

madas que tem resultado nos últimos anos na crescente dívida do Estado aos militares e no incumprimento de algumas leis e obrigações perante os militares. Como exemplo referiram-se o atraso nas comparticipações da ADM, nos suplementos de embarque, e o incumprimento por parte da Marinha da Lei do Complemento da Pensão de Reforma. Sobre este ponto foi igualmente mencionada a queixa apresentada à Provedoria de Justiça.

□ O novo sistema retributivo, e a dificuldade da sua implementação na forma como foi apresentado, bem como as distorções na relação anos de posto/remuneração base que resultarão da sua aplicação prática, na fase de transição do sistema actual para o novo.

Todos os grupos parlamentares se mostraram receptivos às nossas preocupações e empenhados, em vários graus, na sua resolução. ▲



130.º Aniversário do Jornal A Voz do Operário

O jornal "A Voz do Operário" foi fundado em 1879 por trabalhadores da indústria tabaqueira. Descontentes com a imprensa da época, que não fazia eco das suas lutas e das suas difíceis condições de vida e de trabalho, os operários manipuladores de tabaco uniram-se e quotizaram-se para fundar "A Voz do Operário", que passou a ser a sua voz e a de outros trabalhadores e intelectuais, irmanados na luta pelo fim da monarquia e pela realização dos ideais de justiça e de mudança da sociedade que já então assumiam.

A história do jornal "A Voz do Operário", na sua origem, no século XIX, e nas melhores fases, faz parte da afirmação, dos problemas, das aspirações, das contradições e da luta pela autonomia da classe operária face aos republicanos e a outras correntes políticas sem verdadeira opção de classe pelo proletariado e, tantas vezes, com uma clara opção pelos interesses da burguesia.

É uma história de coragem e de combate, nos alvares da industrialização em Portugal. Os esforços para desenvolver uma política de fomento da indústria, o atraso português em relação a economias europeias, o fraco crescimento do rendimento nacional, o aumento da população, a diminuição do nível de vida e os problemas crescentes para os mais desfavorecidos acompanham uma maior intensidade da emigração, o surgimento dos primeiros contornos de organização do operariado e os embates pelo fim da Monarquia e pela implantação da República e as aprendizagens crescentes do que poderia ser o socialismo por parte dos trabalhadores mais conscientes.

Em 1867 constituiu-se a Associação de Socorros Mútuos União Fraternal dos Operários da Fabricação de Tabaco. De 1852 a 1885, o número de trabalhadores dos tabacos sobe de 1235 para 4021 trabalhadores. Em 1871 acontece um surto grevista em que os operários tabaqueiros se revelam dos mais activos nas lutas, com clara consciência da situação dramática em que trabalham e sobrevivem. São dos mais desfavorecidos, com salários baixos, condições de trabalho deficientes e são jornaleiros e tarefeiros atingidos por grandes despedimentos em cada crise da produção.

O Estado cai numa situação de insolvência, são proibidas as Conferências Democráticas no Casino Lisbonense, continuam os ecos e os entusiasmos com o significado maior da Comuna de Paris e, nos anos seguintes, crescem a instabilidade social e as lutas do operariado.

Em 1872 é fundada a Fraternidade Operária. Em 1873, mais de mil operários fazem greve na fábrica de tabacos de Xabregas.

Em 1878, acompanhando a chamada instituição da democracia política, foram declarados como eleitores todos os portugueses maiores de idade que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família...

Em 1879, a crise na indústria dos tabacos acentua-se e este ano é fortemente marcado pelas lutas operárias. Desde início, a indústria dos tabacos era um alto negócio para o capital, ocupando, no 3.º quartel do século XIX, o primeiro lugar na indústria portuguesa, no que se refere ao valor da sua produção global, proporcionando uma alta taxa de lucro. No inquérito industrial de 1885, existem 16 fábricas e 6 oficinas, num total de 4021 trabalhadores, laborando numa quase escravatura, sem condições higiénicas, com períodos que duravam 14 e 15 horas, castigos corporais, homens trabalhando em tronco nu, em calções e descalços, manipulando uma matéria propícia a doenças graves como a tuberculose.

Nesse ano de 1879, Custódio Gomes, operário tabaqueiro, membro da já então denominada Associação de Manipuladores dos Tabacos de Portugal, num intervalo de almoço na oficina, perante a impossibilidade de ver publicada uma notícia sobre as condições de trabalho da classe num jornal da época, terá afirmado: *"Soubesse eu escrever que não estava com demoras. Já há muito tínhamos um jornal. Bem ou mal, o que lá se disser é o que é verdade. Amanhã reúne a nossa Associação e hei-de propor que se publique um periódico que nos defenda a todos, e mesmo aos companheiros de outras classes"*.

No dia seguinte, ali ao Menino Deus, no n.º 3 do Beco do Frois, hoje curiosamente Rua Norberto de Araújo, então sede da Associação dos Manipuladores dos Tabacos, foi feita a proposta e aprovada. A 11 de Outubro de 1879 nasce o jornal, editado pela Associação, e Custódio Braz Pacheco, grande impulsor do movimento operário e associativo e figura de destaque entre o grupo dinamizador, a que pertencem Custódio Gomes, Eusébio Luís de Paula, Joaquim Augusto Dias, Júlio Maria da Costa, José Bento de Oliveira, Agostinho Alves de Sousa e Pedro Carvalho, traça os objectivos principais da publicação: *"(...) Pugnar denodadamente pelos interesses materiais e morais da classe operária que representa; concorrer quanto possível para a educação para a educação profissional e moral da classe operária e para a instrução do povo; defender os que sofrem injustiças, vexames e violências; promover o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio; e trabalhar incessantemente para o bem-estar em harmonia com o presente programa"*.

Desde logo, o editorial indicia preocupações também de foro educativo e uma visão nacional de desenvolvimento e independência que eram e são legítimas preocupações e objectivos da classe operária.

Extracto de um texto de Modesto Navarro,
Presidente da Direcção da Voz do Operário ▲

SOLTAS...

COMPLEMENTO DE PENSÃO DE REFORMA

Na última edição do jornal "O Sargento" foi denunciado que a Marinha não estava a pagar aos seus militares o Complemento da Pensão de Reforma, conforme determina a Lei n.º 34/2008, de 23 de Julho. Sabemos que a partir de Agosto a Marinha regularizou para alguns militares a situação então denunciada mas, contrariamente ao desejável, manteve a mesma situação para muitos dos camaradas. Ao que sabemos, esta situação de incumprimento discriminatório da lei levou pelo menos dois sargentos a apresentarem queixa ao Provedor de Justiça no passado mês de Novembro.

RETENÇÃO NA FONTE DO IRS

Também conforme denunciado na última edição de "O Sargento", a Marinha fez uma Retenção na Fonte para fins de IRS de uma taxa substancialmente maior (cerca do dobro) daquela que corresponde à sua pensão, aos militares reformados que ainda estão a ser pagos por este Ramo das Forças Armadas. Sabemos que a Marinha enviou uma carta a estes militares informando não lhe ser imputável o problema mas responsabilizando-se pela solução.

Chegados ao final do ano, constata-se que os militares não foram ainda ressarcidos do valor retido em excesso. Constata-se ainda que no mês de Novembro, mês em que se recebe o Subsídio de Natal, a Retenção na Fonte foi feita correctamente.

Apesar de não estar totalmente resolvido o problema, sempre valeu a pena a denúncia feita anteriormente!

SUBSÍDIOS DEVIDOS PELA OCORRÊNCIA DAS EVENTUALIDADES DE DOENÇA E MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOPÇÃO – PARENTALIDADE

Militares que cumprem funções iguais têm mecanismos de protecção social diferentes.

Os militares mais jovens que já foram inscritos no Regime Geral da Segurança Social encontram-se numa situação deveras penalizante em caso de doença e maternidade, paternidade e adopção – parentalidade, pois ficam sujeitos, nestas situações, ao subsídio de segurança social.

Esta situação advém da aplicação da Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro, e que a Circular n.º 20/2009, de 24 de Outubro da DSP/RA, que divulga os procedimentos a adoptar pelas UEO face à ausência por doença ou maternidade, paternidade e adopção – parentalidade.

Aqui temos mais um exemplo das consequências negativas do ataque perpetrado contra a Família Militar. ▲

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Lista das empresas com as quais a ANS tem protocolos

Videoclube

■ CINETKA.COM

Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Escapes para Automóveis

■ ENTOESCAPES, LDA

Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios para Automóveis

■ GRACIAUTO

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

Aventuras Submersas

■ HALIOTIS

AV. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Psicólogo

■ José de Oliveira Fernandes Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro, Lt. 2-10.º C
1800-233 Lisboa

Centro Médico Dentário

■ LUBIDENTE

Rua Professor Noronha Feio, 12-A
2795 Queijas

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

■ QUERER SORRIR

Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Pneus para Automóveis

■ SULPNEUS

Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

**Informa-te junto da
ANS ▲**

31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento

A revolta de 31 de Janeiro de 1891 apesar de derrotada, foi determinante para a queda do regime monárquico e a implantação da República em 5 de Outubro de 1910. Essa importância sempre foi reconhecida pelos republicanos, comemorando a data da revolta e homenageando os heróis de então. Comemorações que o Estado Novo, começando por as esquecer passou a reprimir.

A cópia de um cartaz de 1913 (representado no fac-símile ao lado) é prova eloquente do que acima se afirma. Naquelas comemorações participavam os mais altos magistrados da Nação, incluindo o Presidente da República, e toda a população do Porto era convidada a participar. Nesse ano de 1913 todos os participantes tomavam lugar na jornada que, como se dizia no cartaz, decorria em passo ordinário, seguindo o mesmo itinerário que seguiram as forças revolucionárias – Rua do Almada, Praça da Liberdade, lado poente indo desfilar diante dos Paços do Concelho onde se encontrava o Presidente da República, continuando a marcha pela Rua 31 de Janeiro, Batalha, Rua de Entreparedes, Avenida Rodrigues de Freitas, Cemitério do Prado do Repouso com desfile junto ao monumento aos vencidos do 31 de Janeiro, Ruas Formosa e Santa Catarina, Passos Manuel, Sá da Bandeira e Bonjardim e, de novo, Praça da Liberdade, onde nas varandas dos Paços do Concelho se faz a apoteose ao triunfo da República.

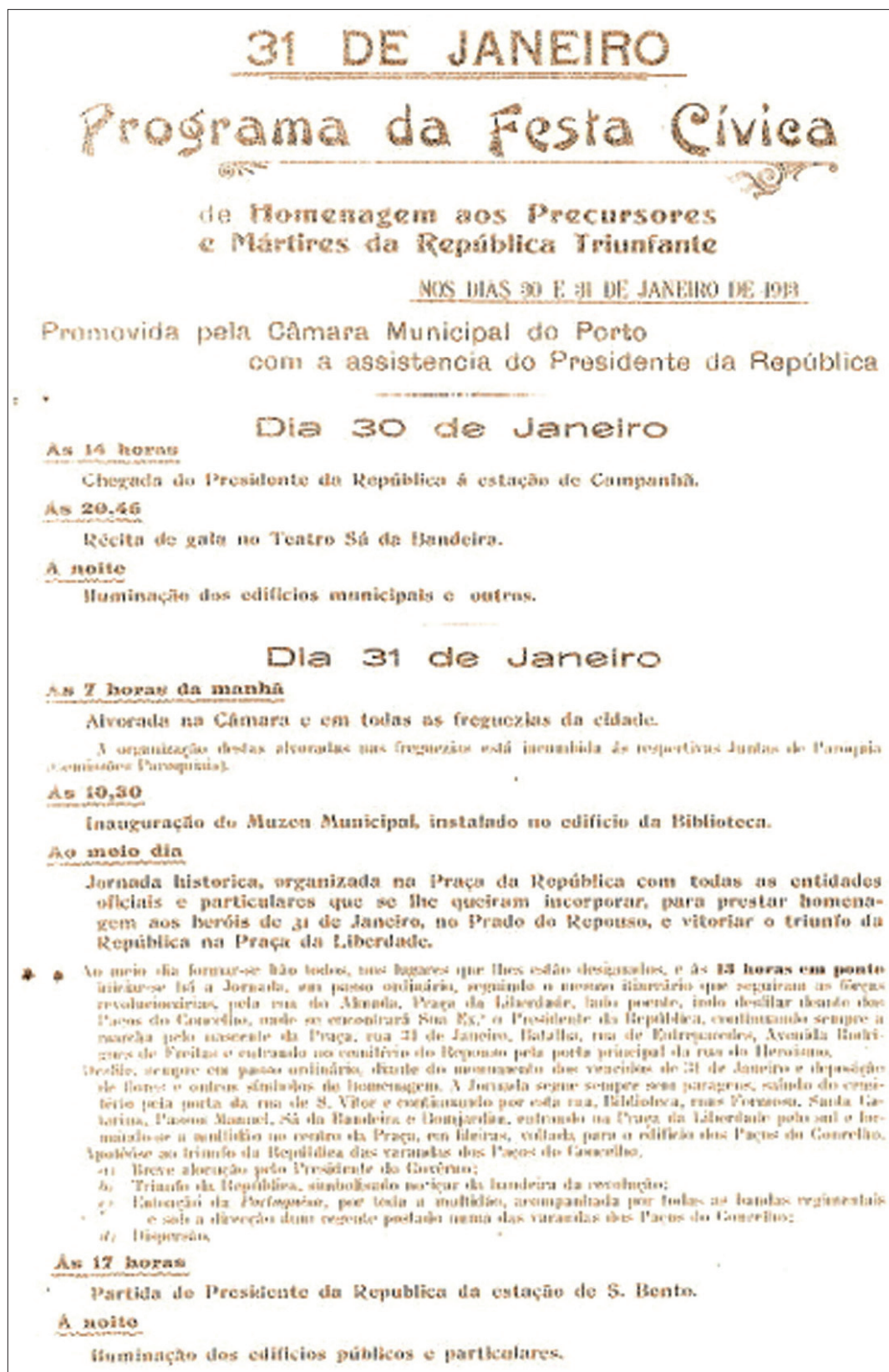
Como é habitual, a ANS irá comemorar em todo o país a Revolta do 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento, num ano em que se acentuam as nuvens negras sobre os cidadãos portugueses. A crise está para durar e de acordo com as últimas análises do governador do Banco de Portugal, Victor Constâncio, e do FMI – Fundo Monetário Internacional, tudo aponta para a exigência de mais e maiores sacrifícios – Constâncio já começou a "alisar" o caminho para tal – sempre para os mesmos, na senda de espremer os nossos depauperados bolsos enquanto os mesmos do costume continuam a enriquecer obscenamente.

Só a luta, a nossa determinação e unidade, poderão minimizar os efeitos do novo ataque que se prepara.

Participar nas comemorações do Dia Nacional do Sargento é por isso importantíssimo, pois é um sinal inequívoco da nossa unidade, determinação e vontade colectiva de defendermos os nossos direitos e a Condição Militar.

Em Lisboa, as comemorações decorrerão nas instalações da "Voz do Operário", no dia 30 de Janeiro, a partir das 10h00.

E lá estaremos porque... quem não luta já perdeu! ▲



**‘O Sargento’ deseja a toda
a Família Militar
um Bom Ano de 2010!**